



Quinta-feira, 13 de Junho de 2024

I Série – N.º 111

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 1.615,00

Inspecção Geral da Administração do Estado

Decreto Executivo n.º 126/24 5116

Aprova o Regulamento Interno da Direcção de Inspecção, Fiscalização, Sindicância e Averiguações.
— Revoga o Decreto Executivo n.º 453/16, de 25 de Novembro, e toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

Decreto Executivo n.º 127/24 5123

Aprova o Regulamento Interno da Direcção de Inteligência Inspectiva, Transparência e Combate à Corrupção.

Decreto Executivo n.º 128/24 5131

Aprova o Regulamento Interno da Direcção de Denúncias, Queixas e Reclamações.

Decreto Executivo n.º 129/24 5138

Aprova o Regulamento Interno da Secretaria Geral. — Revoga o Decreto Executivo n.º 443/16, de 23 de Novembro, e toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

S U M Á R I O

INSPECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Decreto Executivo n.º 126/24 de 13 de Junho

O presente Diploma estabelece a organização e funcionamento da Direcção de Inspecção, Fiscalização, Sindicância e Averiguações da Inspeção Geral da Administração do Estado, nos termos das disposições combinadas dos artigos 17.º e 38.º do Estatuto Orgânico da IGAE, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 242/20, de 28 de Setembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do Decreto Presidencial n.º 43/24, de 29 de Janeiro, e de acordo com o artigo 12.º do Estatuto Orgânico da Inspeção Geral da Administração do Estado, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 242/20, de 28 de Setembro, conjugado com os n.ºs 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno da Direcção de Inspeção, Fiscalização, Sindicância e Averiguações da Inspeção Geral da Administração do Estado, anexo ao presente Diploma, e que dele faz parte integrante.

ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogado o Decreto Executivo n.º 453/16, de 25 de Novembro, e toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que se verificarem na interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Inspector Geral da Administração do Estado.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

Este Decreto Executivo entra imediatamente em vigor após a sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Junho de 2024.

O Inspector Geral, *João Manuel Francisco*.

REGULAMENTO INTERNO DA DIRECÇÃO DE INSPECÇÃO, FISCALIZAÇÃO, SINDICÂNCIA E AVERIGUAÇÕES DA INSPECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Natureza)

A Direcção de Inspecção, Fiscalização, Sindicância e Averiguações, abreviadamente «DIFSA», é o serviço executivo central especializado da IGAE que realiza a actividade de inspecção, fiscalização, sindicância e averiguações.

ARTIGO 2.º (Definições)

1. Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

- a) «*Inspeção*» — é toda acção que se destina a conhecer a organização e funcionamento dos serviços de um órgão, organismo ou serviço da Administração Pública e os resultados por eles obtidos;
- b) «*Fiscalização*» — consiste na verificação da conformidade dos actos praticados pelos serviços que integram a Administração Pública;
- c) «*Sindicância*» — instrumento através do qual se apura e investiga ocorrências atípicas ou que possam configurar infracção disciplinar no âmbito da actividade da administração pública;
- d) «*Averiguação*» — consiste na obtenção de elementos necessários à adequada qualificação de irregularidades verificadas no funcionamento dos órgãos, organismos e serviços da Administração Directa e Indirecta do Estado e das Administrações Autónomas.

2. Em caso de omissão ou lacuna de conceitos, aplica-se o entendimento científico do termo com as devidas adaptações à actividade inspectiva de controlo interno e administrativo.

ARTIGO 3.º (Princípio da legalidade)

As normas e procedimentos da actividade administrativa e de controlo interno administrativo determinam a adopção de normas e preceitos próprios no domínio do funcionamento da actividade da Administração Pública, aprovado pelo Código do Procedimento Administrativo, através dos quais os funcionários devem garantir o cumprimento rigoroso destas normas na defesa dos direitos e interesses legitimamente protegidos dos particulares, sendo responsáveis pelas acções e omissões praticadas, como consequência do exercício das suas funções.

ARTIGO 4.º (Atribuições)

À DIFSA compete, em especial, o seguinte:

- a) Executar inspecções, inquéritos, sindicâncias, averiguações, aos órgãos e serviços da Administração Directa e Indirecta do Estado;

- b) Conceber, programar, afectar e executar as acções inspectivas gerais ou de natureza especial;
- c) Elaborar estudos e projectos que visam o aperfeiçoamento da acção inspectiva;
- d) Uniformizar e padronizar os procedimentos essenciais das inspecções, inquéritos, sindicâncias, averiguações, sem prejuízo da especialização do Sector;
- e) Proceder à actualização permanente e sistemática dos procedimentos inspectivos, em virtude da dinâmica das matérias e ciências subjacentes à fiscalização e controlo, agregando valor e optimizando os recursos orçamentais;
- f) Proceder à actualização permanente e sistemática dos questionários a utilizar na actividade inspectiva;
- g) Emitir pareceres sobre os processos de inspecção, inquérito, sindicância e averiguação;
- h) Catalogar e fiscalizar o cumprimento das decisões proferidas nos processos de inspecção, inquérito, sindicância e averiguação;
- i) Assistir o Inspector Geral da Administração do Estado na coordenação da actividade inspectiva;
- j) Submeter à aprovação do Inspector Geral da Administração do Estado a proposta do Programa Anual de Inspecções Gerais;
- k) Propor a composição das Equipas Técnicas ou Comissões de Inspecção;
- l) Propor, por via de recomendações, a instauração de processos disciplinares em resultado da sua actividade;
- m) Participar em fóruns nacionais e internacionais relacionados com a inspecção e investigação;
- n) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO II

Organização e Funcionamento

SECÇÃO I

Organização em Geral

ARTIGO 5.º

(Estrutura orgânica)

1. A DIFSA é dirigida por um Inspector-Director, com a função de Director Nacional, nomeado pelo Inspector Geral da Administração do Estado.
2. A DIFSA compreende a seguinte estrutura orgânica:
 - a) Departamento de Inspecção e Sindicância;
 - b) Departamento de Fiscalização e Averiguações;
 - c) Departamento do Sistema de Controlo Interno.
3. Os Departamentos são chefiados por Inspectores-Chefes de 1.ª Classe, com a função de Chefes de Departamento.

SECÇÃO II Competências

ARTIGO 6.º (Director)

1. Compete ao Director:

- a) Responder pela actividade da DIFSA perante o Inspector Geral da Administração do Estado;
- b) Coordenar a execução e cumprimento das orientações superiores, no estrito cumprimento das suas competências;
- c) Elaborar os relatórios de actividade e produtividade e submeter à aprovação do IGAE;
- d) Submeter a despacho superior os assuntos que excedam a sua competência;
- e) Coordenar e uniformizar os padrões essenciais da actividade inspectiva;
- f) Propor a elaboração de projectos de diplomas legais relacionados com a matéria inspectiva;
- g) Submeter à aprovação superior os planos e programas de realização da DIFSA;
- h) Promover a investigação técnica, efectuar estudos e emitir pareceres;
- i) Representar a Direcção em todos os actos para os quais seja expressamente mandatado;
- j) Propor a nomeação e exoneração dos titulares de cargo de chefia, bem como do pessoal técnico afecto à Direcção;
- k) Orientar a elaboração e aprovação do plano de férias do pessoal da Direcção;
- l) Assegurar a disciplina laboral e propor medidas ou acções disciplinares, nos termos da legislação em vigor;
- m) Propor a composição das Equipas Técnicas ou Comissões de Inspecção para o interior e exterior do País;
- n) Velar pelo cumprimento e execução dos programas e demais directrizes emanadas superiormente;
- o) Orientar e fiscalizar a avaliação contínua e anual de desempenho profissional dos funcionários;
- p) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. Na falta, ausência ou impedimento, o Director é substituído por um Chefe de Departamento, por ele designado, com a aprovação do Inspector Geral da Administração do Estado.

SECÇÃO III Organização em Especial

ARTIGO 7.º (Departamento de Inspecção e Sindicância)

1. O Departamento de Inspecção e Sindicância é chefiado por um Inspector-Chefe de 1.ª Classe, nomeado pelo Inspector Geral da Administração do Estado, sob proposta do Director, a quem responde.

2. O Departamento de Inspeção e Sindicância é o serviço da DIFSA com as seguintes funções:

- a) Realizar inspecções, sindicâncias e inquéritos às entidades abrangidas pela sua intervenção, bem como recomendar a instauração de procedimentos disciplinares quando tal lhe for superiormente determinado e outras acções de controlo às Entidades Públicas Directas e subsidiariamente, às Entidades Indirectas abrangidas pela sua intervenção;
- b) Elaborar a proposta anual da actividade inspectiva;
- c) Emitir pareceres sobre os relatórios e verificar o cumprimento das recomendações proferidas nos relatórios de inspecção;
- d) Efectuar a avaliação contínua e anual de desempenho profissional dos funcionários adstritos ao Departamento;
- e) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 8.º

(Departamento de Fiscalização e Averiguações)

1. O Departamento de Fiscalização e Averiguações é chefiado por um Inspector-Chefe de 1.ª Classe, nomeado pelo Inspector Geral da Administração do Estado, sob proposta do Director, a quem responde.

2. O Departamento de Fiscalização e Averiguações é o serviço da DIFSA com as seguintes funções:

- a) Elaborar a proposta do programa anual de fiscalização;
- b) Catalogar e controlar o cumprimento das decisões proferidas nos processos de fiscalização;
- c) Emitir pareceres sobre os processos instruídos e verificar o cumprimento das decisões proferidas nos processos de fiscalização;
- d) Analisar os métodos de trabalho dos órgãos e serviços sujeitos à sua acção e propor medidas tendentes à eficiência e eficácia da sua actividade;
- e) Realizar fiscalizações e averiguações, exames fiscais e demais exames aos serviços da Administração Directa e Indirecta do Estado;
- f) Recomendar a instauração de processos disciplinares resultantes da actividade de fiscalização e averiguação;
- g) Efectuar a avaliação contínua e anual de desempenho profissional dos funcionários adstritos ao Departamento;
- h) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 9.º

(Departamento do Sistema de Controlo Interno)

1. O Departamento do Sistema de Controlo Interno é chefiado por um Inspector-Chefe de 1.ª Classe, nomeado pelo Inspector Geral da Administração do Estado, sob proposta do Director, a quem responde.

2. O Departamento do Sistema de Controlo Interno é o serviço da DIFSA com as seguintes funções:

- a) Efectivar o controlo interno administrativo da Administração Directa do Estado e subsidiariamente, da Administração Indirecta do Estado;

- b) Uniformizar e padronizar os procedimentos da actividade inspectiva;
- c) Organizar, orientar e coordenar as tarefas adstritas ao Departamento;
- d) Coordenar as actividades e manter a disciplina necessária no exercício das respectivas tarefas;
- e) Elaborar periodicamente planos de actividade do Departamento e os planos das acções inspectivas em curso no País e no estrangeiro;
- f) Efectuar a avaliação contínua e anual de desempenho profissional dos funcionários adstritos ao Departamento;
- g) Exercer outras funções que lhe forem superiormente determinadas.

CAPÍTULO III

Pessoal

ARTIGO 10.º

(Quadro de pessoal)

O quadro de pessoal da DIFSA é o constante no Anexo I do presente Regulamento, de que é parte integrante.

ARTIGO 11.º

(Organograma)

O organograma da DIFSA é a constante no Anexo II do Regulamento, de que é parte integrante.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

ARTIGO 12.º

(Conduta ética e deontológica)

1. Aos funcionários afectos à DIFSA é exigido comportamento ético e deontológico, assente nos princípios da confidencialidade, da prossecução do interesse público, da legalidade, da probidade e da utilização mais adequada e racional dos recursos patrimoniais e tecnológicos à disposição, para melhor desempenho das suas funções.

2. Devem igualmente respeitar a Constituição da República de Angola e as leis estruturantes da Administração Pública.

ANEXO I

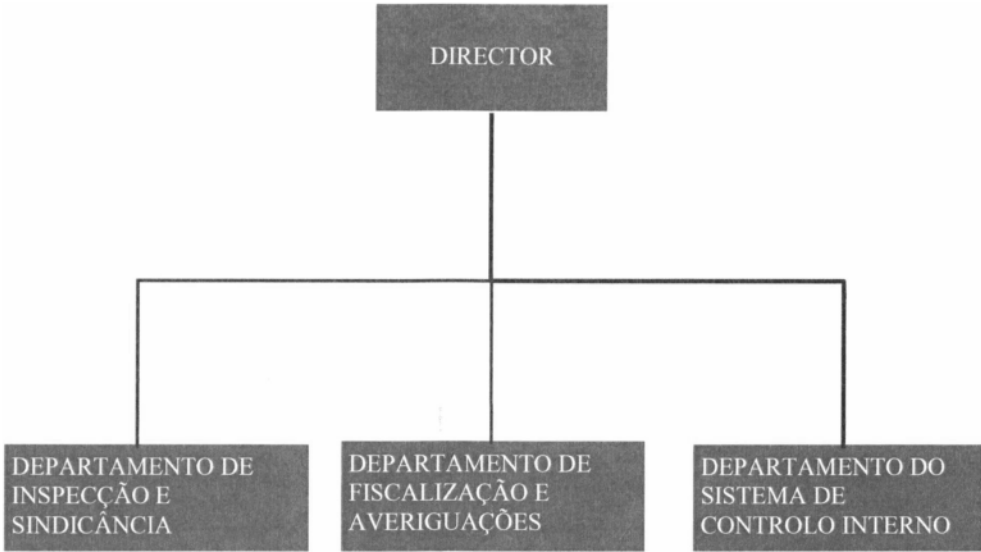
Quadro de Pessoal a que se refere o artigo 10.º do Regulamento Interno da DIFSA

Regime de Carreira Especial

Grupo de pessoal	Categoria/Cargo	Especialidades profissionais	Lugares Criados
Direcção e Chefia	Inspector-Director	--	1
	Inspector-Chefe de 1ªClasse	--	3
		Sub- total	4
Inspector Superior	Inspector Assessor Principal Inspector Primeiro Assessor Inspector Assessor Inspector Superior Principal Inspector Superior de 1.ª Classe Inspector Superior de 2ª Classe	Direito, Economia, Gestão, Engenharia Civil, Auditoria, Gestão de Recursos Humanos, Arquitectura, Contabilidade, Engenheiro Informático, Gestão de Empresas, Gestão e Administração Pública, Relações Internacionais.	48
		Sub- total	48
Inspector Técnico	Inspector Especialista Principal Inspector Especialista de 1ª Classe Inspector Especialista de 2ª Classe Inspector de 1ª Classe Inspector de 2ª Classe Inspector de 3ª Classe	Direito, Economia, Gestão, Engenharia Civil, Auditoria, Gestão de Recursos Humanos, Arquitectura, Contabilidade, Engenheiro Informático, Gestão de Empresas, Gestão e Administração Pública, Relações Internacionais.	19
		Sub- total	19
Sub-Inspector	Sub-Inspector Principal de 1ªClasse Sub-Inspector Principal de 2ªClasse Sub-Inspector Principal de 3ªClasse Sub-Inspector de 1ªClasse Sub-Inspector de 2ªClasse Sub-Inspector de 3ªClasse	Contabilidade e Administração pública	2
		Sub-total	2
		Total	73

ANEXO II

Organograma a que refere o artigo 11.º do Regulamento Interno da DIFSA



INSPECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Decreto Executivo n.º 127/24 de 13 de Junho

Havendo a necessidade de se regulamentar a organização e funcionamento da Direcção de Inteligência Inspectiva, Transparência e Combate à Corrupção da Inspeção Geral da Administração do Estado — IGAE, nos termos das disposições combinadas dos artigos 19.º e 38.º do Estatuto Orgânico da IGAE, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 242/20, de 28 de Setembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do Decreto Presidencial n.º 43/24, de 29 de Janeiro, e de acordo com o artigo 12.º do Estatuto Orgânico da Inspeção Geral da Administração do Estado, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 242/20, de 28 de Setembro, conjugado com os n.ºs 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno da Direcção de Inteligência Inspectiva, Transparência e Combate à Corrupção da Inspeção Geral da Administração do Estado, anexo ao presente Diploma, e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que se verificarem na interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Inspector Geral da Administração do Estado.

ARTIGO 3.º (Entrada em vigor)

Este Decreto Executivo entra imediatamente em vigor após a sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Junho de 2024.

O Inspector Geral, *João Manuel Francisco*.